



Índice

- 01** Índios ocupam ferrovia e impedem passagem de trem de Minas a Vitória
- 02** Funcionários da Funai são soltos pelos índios Tremembé no Ceará
- 03** Tribo Tembé usa tecnologia para proteger terra indígena no Pará
- 04** Floresta viva com direitos indígenas garantidos
- 05** Justiça Federal declara inexistente terra indígena em Santarém (PA)
- 06** Governo institui selo Indígenas do Brasil
- 07** Justiça extingue ação de agropecuária que contestava limites da Terra Indígena Wawi
- 08** SED realiza inscrições para curso de formação de professores indígenas
- 09** Liberado trecho da Estrada de Ferro Vitória a Minas ocupado por Krenaks
- 10** Tradição indígena faz pais tirarem a vida de crianças com deficiência física
- 11** Justiça do Pará declara Terra Indígena Maró inexistente
- 12** AC: líder indígena é preso com euros e droga ao voltar da Europa
- 13** Ensalamento do Processo Seletivo Indígena 2015 da UFSCar é liberado
- 14** Índios da Amazônia relatam mais ameaças após assassinatos
- 15** TJ-PR busca solução para registro unificado de índios guaranis
- 16** Quadrigêmeas indígenas recebem alta de maternidade em MS
- 17** Indígenas brasileiros protestam na COP20 por demarcação de terras



-
- 18** [Indígenas brasileiros protestam na COP20 por demarcação de terras](#)
 - 19** [Produtores são atacados por supostos indígenas na divisa com a aldeia Te'Yikuê](#)
 - 20** [Os Cinta-Larga](#)
 - 21** [Índios da Amazônia relatam mais ameaças de morte após assassinato de líderes](#)
 - 22** [Índios saqueiam 27 toneladas de frango](#)
 - 23** [Índios armados invadem fazenda em Caarapó; produtores são recebidos a tiros](#)
 - 24** [Dois indígenas Ka`apor estão desaparecidos](#)
 - 25** [Apoio ao Povo Munduruku](#)
 - 26** [Projeto gera mais de R\\$ 5 milhões em renda para índios e seringueiros](#)
 - 27** [Indígenas de reserva em Erebangó bloqueiam trânsito na ERS-135](#)



Índios ocupam ferrovia e impedem passagem de trem de Minas a Vitória

SÍTIO O TEMPO, 06.12.2014

Segundo a assessoria da Vale, responsável pela operação da ferrovia, o motivo da manifestação ainda está sendo apurado

Cerca de 25 representantes do povo indígena Krenak ocuparam a Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), em Resplendor, no Vale do Rio Doce, no início da tarde deste sábado (6).

O protesto afetou a operação ferroviária, incluindo a circulação do trem de passageiros que fazia o percurso entre Belo Horizonte e Cariacica, no Espírito Santo. Segundo a assessoria da Vale, responsável pela operação da ferrovia, o motivo da manifestação ainda está sendo apurado.

Em nota, a empresa informou que "ratifica sua intenção de manter o canal de comunicação aberto com as comunidades, contudo, acredita que qualquer ato público ou manifestação deve respeitar o Estado Democrático de Direito e o direito constitucional de ir e vir".

Ainda de acordo com a Vale, os passageiros que estão embarcados seguirão viagem até suas estações de destino em ônibus disponibilizados pela empresa.



Funcionários da Funai são soltos pelos índios Tremembé no Ceará

SÍTIO GLOBO.COM, 06.12.2014

*Segundo os indígenas as terras estão sendo invadidas e desmatadas.
Na terça-feira (9) haverá reunião com Funai, MP-CE, PF e Ibama.*

Os quatro funcionários da Fundação Nacional do Índio (Funai) que eram mantidos reféns por índios Tremembé das aldeias de São José e Buriti de Itapipoca, a 130 Km de Fortaleza, foram liberados ainda na noite desta sexta-feira (5). De acordo com uma liderança da tribo Tremembé, Adriana Carneiro, o ato teve como objetivo de alertar o Ministério Público do Ceará (MP-CE) e Funai sobre os constantes desmatamentos e invasões que ocorrem todos os dias nas terras indígenas da região.

“Foi necessária tal atitude para reivindicar punições para os massacres diários que acontecem em nossas terras. A Justiça tem que tomar providências e até o momento não obtivemos resposta tanto da Funai como do MP-CE. Tem que haver uma fiscalização séria em nossas terras, pois nos últimos meses, até casas foram derrubadas”, denunciou.

Acordo

Segundo Adriana Carneiro os quatro funcionários foram liberados depois que ficou decidido que na próxima terça-feira (9), haverá uma reunião entre lideranças dos índios Tremembé, Funai, Polícia Federal, Ibama e MP. Na pauta, de acordo com Adriana Carneiro, denúncias de crimes ambientais, violência contra os índios e a demarcação fundiária da tribo.

“Vamos debater esses temas como outros e esperamos que a Justiça tome uma providência para evitar casos que ocorreram na última sexta-feira”, disse.

Uma empresa espanhola também reivindica parte da área para construir um empreendimento turístico no local. Uma liminar do Ministério Público Federal mantém as obras paralisadas.

O caso

Os índios da tribo Tremembé visitaram na tarde de sexta-feira as instalações da Funai no município de Itapipoca. Segundo Adriana Carneiro, a visita foi para negociar o aumento na fiscalização e buscarem uma solução na demarcação fundiária da tribo.

Quatro servidores, três da Coordenação Regional com sede em Fortaleza e um da Coordenação Técnica Local de Itarema, foram retidos na sede com o grupo indígena.

Tribo Tembé usa tecnologia para proteger terra indígena no Pará

SÍTIO GLOBO.COM, 06.12.2014

*Projeto em parceria com ONG Rainforest Connection é discutido.
Celulares serão instalados nas copas de árvores para emissão de sons.*



Os painéis fotovoltaicos foram adaptados por engenheiros da ONG norte-americana para a floresta tropical, onde a folhagem densa impede a captação de energia solar com placas tradicionais
(Foto: Divulgação/Rainforest Connection)

Os índios pertencentes à etnia Tembé da Terra Indígena Alto Rio Guamá, no nordeste do Pará, começaram a desenvolver experiências tecnológicas para defender seu território. A tribo criou antenas de telefonia artesanais para captação sinal de celular - com isso, podem comunicar as agressões sofridas pela floresta. Agora, os moradores da aldeia se preparam para o próximo passo: usar a tecnologia móvel para fazer um monitoramento de desmatamento ilegal, conflitos de terras e plantação de drogas em suas terras.

O projeto foi idealizado pela ONG norte-americana Rainforest Connection, e está sendo testado em parceria com os índios para a instalação de telefones celulares na copa das árvores que, alimentados com energia solar, vão captar sons de motosserra e de derrubada de árvores. Esse som será enviado para os líderes indígenas e demais agentes, para que as autoridades competentes sejam imediatamente avisadas com o objetivo de impedir a ação criminosa. Os fundadores da organização, Topher White e Dave Granell, vieram em julho à terra indígena para sondar o que será possível realizar. Eles já fizeram experimentos com sucesso na ilha de Sumatra, na África.

“Os Tembés são verdadeiros inovadores. Estamos ajudando-os a desenvolver a sua tecnologia, já que eles estão utilizando as novas tecnologias para monitorar as atividades ilegais em suas terras e recolher as provas. Estamos ajudando-os em algumas áreas específicas que irão ajudá-los a maximizar seus esforços. Agora vamos analisar de que forma o projeto pode ser mais útil. Há uma oportunidade histórica para o Brasil de honrar sua promessa de preservar e proteger as culturas indígenas de invasores, madeireiros ilegais e traficantes de drogas”, opina Dave Granell.

Para Puyr Tembé, líder da comunidade que entrou em contato com a Rainforest, somente a fiscalização governamental não é suficiente, já que com a enorme extensão territorial nem sempre é possível coibir o desmatamento e as invasões da terra indígena. Além disso, ela diz

CONT.

que a missão de proteger é da própria comunidade indígena - o que ela enfatiza ser diferente de fiscalizar.

"Uma coisa é a fiscalização, que é um dever do estado. E o estado não tem feito. A nossa é de proteger. São retiradas madeiras 24h por dia, aos olhos do governo, e nada é feito. Para a gente é difícil fiscalizar, tem muitos conflitos com madeireiros, plantadores de maconha. Esse projeto é inovador, a gente tem a expectativa que nos ajude a fiscalizar. Há muito tempo buscamos esses mecanismos. A gente aceitou recebê-los para ouvir a proposta e acreditamos no projeto", diz Puyr Tembê.

De acordo com o governo do Pará, a obrigação da fiscalização em terras indígenas é de órgãos



Puyr Tembê diz que índios precisam ser parceiros no monitoramento da floresta (Foto: Carlos Borges/O Liberal)

federais como o Ibama, Funai e a PF. Apesar disso, a secretaria disse que apoia as medidas de conservação ambiental, já que a terra indígena é um refúgio para espécies ameaçadas.

Segundo o Superintendente Substituto do Ibama, Leandro Aranha, há um histórico longo de ações de fiscalização na região - a maior operação de combate a madeireiros do estado aconteceu nas proximidades da terra indígena, em 2009, quando foram fechadas 27 serrarias. Apesar disso, ele acredita que a parceria dos índios é fundamental para evitar ocorrências na reserva. "Eu acho que o trabalho dos índios em preservação da própria terra é de extrema importância, infelizmente alguns madeireiros cooptam algumas lideranças", pondera. "É preciso haver uma solução definitiva, mas o Ibama vem sempre agindo quando provocado. Sempre temos que ir com uma logística apropriada", conclui.



CONT.



Terra indígena

A Terra Indígena Alto Rio Guamá foi criada em 1946. O lugar tem 289 mil hectares de extensão territorial, onde vivem cerca de 1.500 índios. A maioria é da tribo Tembé, da qual faz parte a índia Puyr, mas também vivem indígenas das etnias Kaapor, Guajajara e Timbira na reserva.

Já temos também antenas celulares, a gente mesmo fabrica e conseguimos ter o sinal de telefone. Isso nos ajuda na comunicação interna de uma aldeia para outra, é melhor que o rádio amador. É um desafio"

Puyr Tembé, liderança indígena

Puyr Tembé faz questão de destacar que esse processo tem protagonismo dos Tembés, que buscam preservar a natureza e suas tradições. "Já temos também antenas celulares, a gente mesmo fabrica e conseguimos ter o sinal de telefone. Isso nos ajuda na comunicação interna de uma aldeia para outra, é melhor que o rádio amador. É um desafio", acrescenta.

A nova etapa ainda está em fase de projeção e de diálogos, mas já se sabe que os desafios tecnológicos serão grandes, como a manutenção constante do sinal de telefonia celular, já que não existe sinal na Terra Indígena. Outro desafio percebido pelos engenheiros da Rainforest Connection foi manter as placas fotovoltaicas em posições estratégicas para que o sol conseguisse alcançá-las dentro da floresta. Para tal, foi preciso desmembrar o grande painel em pequenas peças. Por conta disto, o grupo deverá fazer outras visitas técnicas articuladas com a Funai em 2015, e o projeto segue sem prazo determinado para funcionamento.

Parceria

A Equipe de Conservação da Amazônia (Ecam) foi a ONG que mediou o contato da Rainforest Connection com os Tembés. Vasco von Roosmalen, da Ecam, já tem trabalhos desenvolvidos com os Tembés e explica que o uso da tecnologia só será eficaz em terras nas quais os próprios líderes sejam engajados na defesa de seus territórios. "A terra indígena tem grandes áreas de fronteira com regiões desmatadas e fortes pressões, mas qualquer tecnologia somente vai ajudar num contexto em que o próprio povo esteja engajado para melhorar a situação. A tecnologia é somente um instrumento e quem define como ela vai ser usada são as pessoas. Os Tembés têm um histórico longo de protagonismo em defesa do seu território", diz.



Floresta viva com direitos indígenas garantidos

SÍTIO GREENPEACE BRASIL, 06.12.2014

Enquanto os políticos discutem dentro das plenárias da COP20, mensagem é passada em banner humano que pede respeito aos direitos indígenas e proteção às florestas

Os direitos aos territórios indígenas devem ser garantidos como uma estratégia efetiva para o combate das mudanças climáticas. Esta foi a mensagem que centenas de pessoas passaram, hoje, ao se unir na praia Água Dulce, em Lima, no Peru. Deitados na areia e unidos, os participantes da mobilização formaram o desenho de um rosto e de uma árvore, simbolizando Pachamama, a “mãe terra”, e os dizeres “Povos + Direitos, Florestas Vivas”, em espanhol.

Depois de quase uma semana de discussões políticas, debates sobre parágrafos de um possível rascunho para o novo acordo, plenárias e conversas fechadas, este foi um ato de solidariedade aos povos indígenas durante a COP20, a 20ª Conferência de Mudanças Climáticas das Nações Unidas. O termo “Floresta Viva” se refere a um conceito indígena holístico da Amazônia e é um dos pontos de importante discussão quando falamos sobre soluções para as mudanças climáticas. Cinco lideranças Mundurukus participaram da atividade. “Vamos resistir até onde for possível assim como temos resistido há 500 anos de massacres e violações aos direitos humanos”, disse Ademir Munduruku, liderança do movimento Ipereg Ayu em relação a luta que os indígenas Mundurukus tem travado contra a construção do Complexo Hidrelétrico do Tapajós.

O complexo de cinco usinas está sendo desenvolvido sem consultar de forma apropriada as populações tradicionais que serão afetadas pelo empreendimento. “Temos uma história de resistência e queremos continuar existindo”, completa Ademir. Apenas a usina de São Luiz do Tapajós, a maior de todas, seria responsável pelo alagamento de uma área do tamanho da cidade de São Paulo.

Na semana passada, ativistas do Greenpeace se uniram a cerca de 60 Mundurukus para protestar contra o licenciamento das obras escrevendo a mensagem “Tapajós Livre” com pedras na areia de uma praia próxima à comunidade São Luiz do Tapajós. “O nosso direito não tem preço. Chegamos até aqui para fortalecer a nossa luta e vamos lutar até a última gota de sangue pelas nossas futuras gerações”, disse Josias Munduruku.

Enquanto a COP20 acontece no Peru, está marcada para a semana que vem a votação da PEC215 (Proposta de Emenda à Constituição 215/2000), medida que propõe uma ampla gama de exceções ao direito de posse e usufruto das terras por parte dos povos indígenas. Além disso, inviabiliza novas demarcações e legaliza a invasão, a posse e a exploração de terras indígenas demarcadas. “A demarcação de terras indígenas é uma das ferramentas mais eficientes para a proteção das florestas e de seus povos. A PEC215 é um retrocesso que deve ser evitado”, conclui Tica Minami, coordenadora da campanha da Amazônia do Greenpeace Brasil.



Justiça Federal declara inexistente terra indígena em Santarém (PA)

SÍTIO CONJUR, 06.12.2014

Por entender que os documentos apresentados à Justiça Federal pela Fundação Nacional do Índio (Funai) e pelo Ministério Público Federal não preenchem os requisitos previstos na Constituição Federal para o reconhecimento e demarcação de terras indígenas, o juiz federal Airton Portela, da 2ª Vara da Subseção de Santarém declarou inexistente a Terra Indígena Maró, abrangida parcialmente pela Gleba Nova Olinda, em Santarém (PA).

Com isso, o juiz negou qualquer validade jurídica a relatório produzido pela Funai, que identificou e delimitou a área de 42 mil hectares, sob o fundamento de que ali viveriam índios da etnia Borari-Arapium. De acordo com o juiz, o relatório antropológico apresentado pela Funai mostra que as comunidades da Gleba Nova Olinda são formadas por populações tradicionais ribeirinhas, e não por índios.

Ao fundamentar a sentença, proferida nos autos de duas ações, uma do Ministério Público Federal, outra de sete associações que representam os interesses de populações tradicionais que ocupam a região da Gleba Nova Olinda, o juiz aponta contradições e omissões nos laudos da Funai.

Airton Portela sustenta que antropólogos e organizações não-governamentais induziram parte das populações tradicionais da área a pedir o reconhecimento formal de que pertenceriam a grupos indígenas. "O processo de identificação, delimitação e reconhecimento dos supostos indígenas da região dos rios Arapiúns e Maró surgiu por ação ideológico-antropológica exterior, engenho e indústria voltada para a inserção de cultura indígena postíça e induzimento de convicções de autorreconhecimento", afirma o juiz federal.

Ao declarar a terra indígena inexistente, o juiz também ordenou que a União e a Funai se abstenham de praticar quaisquer atos que declarem os limites da terra indígena e adotar todos os procedimentos no sentido de demarcá-la. A sentença determina ainda que não sejam criados embaraços à regularização de frações de terras da Gleba Nova Olinda garantindo-se às famílias de até quatro pessoas a regularização fundiária que, no mínimo, atenda ao conceito de pequena propriedade.

De acordo com a sentença, a Funai e a União não poderão criar obstáculos à livre circulação nas áreas que couberem a cada família. O Estado do Pará deverá adotar medidas que assegurem a liberdade de ir e vir em toda a região da Gleba Nova Olinda.

Falta de Requisitos

Portela ressalta que os requisitos da tradicionalidade, permanência e originariedade, previstos na Constituição Federal para o reconhecimento e demarcação de terras indígenas, não foram

CONT.



demonstrados de forma sólida na ação proposta pelo MPF. “No presente debate verifico a ausência, não de apenas um, mas dos três elementos referidos e assim ergue-se obstáculo constitucional insuperável que inviabiliza o reconhecimento de terra tradicionalmente ocupada por indígenas”, diz o juiz.

De acordo com a sentença, os elementos apresentados à Justiça Federal por técnicos contratados pela Funai, em lugar de comprovar a existência de índios, “antes revelam tratar-se de populações tradicionais ribeirinhas.

Airton Portela ressalta o elemento tradicionalidade — por exemplo, o batismo de casa, puxar a barriga (largamente usado pelas parteiras amzônicas), consumo de chibé, tarubá ou mesmo o ritual da lua — para demonstrar que não é indígena, mas decorrente das missões jesuíticas, uma vez que, no Velho testamento, há quase 50 menções a rituais de lua nova. O próprio idioma nhengatu, lembra a sentença, já foi falado até em São Paulo.

O juiz federal chama de “mais ativistas que propriamente cientistas” os antropólogos que desenvolveram a chamada “etnogênese”, uma construção teórica que passou a explicar e incentivar o ressurgimento de grupos étnicos considerados extintos, totalmente miscigenados ou definitivamente aculturados.

“Tal movimento de “ressurgimento” tem a miscigenação no Brasil e na América Latina como mal a ser combatido (classificando-a como mito) e disso tem se servido muitos ativistas ambientais, que vislumbram na figura do indígena ‘ressurgido’ uma função ambiental protetiva mais eficaz que aquela desempenhada pelas chamadas populações tradicionais, e assim, não por outra razão, passaram a incentivar o repúdio à designações que julgam ‘pouco resistentes’ tais como ‘caboclos’, ribeirinhos, ‘mestiços’, entre outras que rotulam como ‘autoritárias’ e ‘instrumentos de dominação oficial’”, complementa a sentença. Com informações da Assessoria de Imprensa da Justiça Federal do Pará.

Clique [aqui](#) para ler a sentença.

Governo institui selo Indígenas do Brasil

SÍTIO GLOBO.COM, 06.12.2014

Com o objetivo de promover a identificação étnica e territorial de produtos indígenas, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Ministério da Justiça (MJ) instituíram o Selo Indígenas do Brasil.



Divulgação/MDA

Para obter o Selo é preciso que os produtos sejam provenientes de aldeias indígenas e preencham os mesmos requisitos estabelecidos para a concessão do Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar (Sipaf) do MDA.

O interessado deve encaminhar a solicitação ao MDA junto com documentação emitida pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Ele deve comprovar que a atividade ou o empreendimento estão em áreas ocupadas por povos indígenas e obter a permissão da comunidade.

A lista dos produtos deverá constar em ata junto com os dados dos produtores. A requisição é gratuita e leva até 90 dias para ser expedida.

O Selo é um instrumento do Governo Federal para valorizar e estimular a comercialização de alimentos, artesanatos e produtos extrativistas. "Qualquer povo indígena, de qualquer etnia, em qualquer lugar do Brasil poderá solicitar ao MDA a permissão para utilizar o selo. A produção indígena é bastante diversificada e de qualidade", ressalta o coordenador geral de povos e comunidades tradicionais do MDA, Edmilton Cerqueira.

A identidade visual do Selo foi desenvolvida pela Funai a partir de elementos do artesanato, da agricultura e do extrativismo tradicional como cestaria, milho, mandioca, banana, açaí e guaraná.

Segundo o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população total de indígenas no Brasil é de 817.963, sendo 305 etnias e 274 línguas diferentes.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário



Justiça extingue ação de agropecuária que contestava limites da Terra Indígena Wawi
SÍTIO EXPRESSO MT, 06.12.2014

Na decisão, justiça determina que Funai faça o reavivamento dos marcos que delimitam território indígena em Mato Grosso em seis meses. MPF em Barra do Garças vai fiscalizar se o prazo será cumprido.

A Justiça Federal em Barra do Garças (MT) negou os pedidos feitos pela Agropecuária Rica S/A para anular a portaria e decreto presidencial que definiram os limites e declararam a Terra Indígena Wawi como área de ocupação tradicional dos índios da etnia Suyá.

O território indígena fica localizado no município de Querência, na região noroeste de Mato Grosso. A Agropecuária Rica pretendia que o território indígena fosse declarado propriedade particular ou que o dono fosse indenizado pela perda da terra. Mas a justiça, além de negar os pedidos e extinguir a ação, determinou que a Funai proceda ao reavivamento dos marcos que estabelecem os limites entre o território indígena Wawi e as propriedades lindeiras.

Na ação, a agropecuária argumentava que o relatório de identificação realizado pela Funai para fins de estudo e declaração do território como de ocupação tradicional indígena havia sido elaborado com base em pressupostos incorretos e solicitou a realização de uma perícia etno-histórica-antropológica. Para tal estudo, foi nomeado pela justiça o perito em antropologia Alaor Pacini.

Durante a avaliação antropológica, foram encontrados três sítios arqueológicos na área disputada pela Agropecuária Rica e diversas peças de cerâmica com estilo waurá demonstrando que, no passado, houve a presença de indígenas naquele local reivindicado pela agropecuária sob o argumento de jamais ter havido presença de índios no local.

“As provas de ocupação permante Suyá na área em litígio vão além dos vestígios materiais e visíveis”, afirma o relatório pericial, citando inclusive estudos anteriores que retratam o modo tradicional de ocupar o espaço muito diferente do que acontece nas propriedades privadas. A posse da terra pelos índios, cita o relatório, estaria associada ao modo tradicional de eles utilizarem e se relacionaram com a terra, de produzirem os alimentos a partir da caça, coleta e agricultura.

O estudo antropológico também registrou a destruição de importantes marcos que definiam os limites da área demarcada para os índios e a destruição da vegetação natural. Com a decisão judicial, a Procuradoria da República em Barra do Garças/MT vai acompanhar o cumprimento da decisão por parte da Funai para que proceda ao reavivamento de todos os marcos de definem os limites da Terra Indígena Wawi dentro do prazo de seis meses.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 220/ 2014

Brasília, 09 de dezembro de 2014.

Com aproximadamente 149.900 hectares de área vizinha ao Parque Indígena do Xingu, o território dos índios Suyá foi demarcado por meio da portaria ministerial nº 1.029/1997 e pelo decreto do presidente da República, publicado no Diário Oficial da União em 09 de setembro de 1998. A Terra Indígena Wawí fica localizada em Querência, no noroeste de Mato Grosso.



SED realiza inscrições para curso de formação de professores indígenas

SÍTIO DOURADOS NEWS, 07.12.2014

Notícias MS

A Secretaria de Estado de Educação (SED) publicou no dia 1º de dezembro, no Diário Oficial, dois editais para cursos de formação de professores indígenas: um para o preenchimento da 3ª Turma do Curso Normal Médio Formação de Professores Indígenas – Povos do Pantanal – e o outro para o preenchimento da 5ª Turma do Curso Normal Médio Formação de Professores Indígenas Guarani/Kaiowá - Ára Verá.

As inscrições são realizadas em cada comunidade local por uma Comissão Local constituída e designada pelo Movimento dos Professores Indígenas dos Povos do Pantanal e pela Comissão de Professores Indígenas Guarani Kaiowá, ambas em parceria com a Secretaria Municipal de Educação local.

O candidato está isento do recolhimento de qualquer taxa para inscrever-se nas vagas.

O curso será oferecido em regime de alternância em período integral, assim distribuído: Tempo Escolar (TE) e Encontros de Polo que ocorrerão respectivamente nos meses de janeiro e julho, de acordo com a carga horária total do curso.

Liberado trecho da Estrada de Ferro Vitória a Minas ocupado por Krenaks

SÍTIO GLOBO.COM, 07.12.2014

Ferrovia foi liberada na noite de sábado (6), por volta das 22h. Trecho próximo a Resplendor foi bloqueado no início da tarde.



Cerca de 25 representantes do povo indígena Krenak ocuparam a EFVM neste sábado (6), próximo a Resplendor.
(Foto: Plínio Viana/VC no G1)

Índios da tribo Krenak liberaram na noite deste sábado (6), por volta das 22 horas, a Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), próximo a Resplendor, no Leste de Minas Gerais que estava bloqueada desde o início da tarde do mesmo sábado. A informação foi confirmada pela assessoria da Vale.

Ainda de acordo com informações da assessoria da empresa, cerca de 25 representantes do povo indígena Krenak ocuparam a EFVM. A manifestação dos indígenas afetou a operação ferroviária e paralisou, inclusive, a circulação do trem de passageiros que fazia o percurso entre Belo Horizonte e Cariacica (ES). A situação foi normalizada e o trem de passageiros voltou a circular neste domingo (7).

Uma liderança indígena da aldeia informou que a mineradora não tem cumprido acordos firmados entre as partes, em 2006, quando ocorreu um movimento parecido ao deste sábado, quando foram colocados, em cima dos trilhos, troncos de madeira e outros objetos.

Um representante da Vale esteve no local e agendou uma reunião com os índios, na aldeia, nesta segunda-feira (8), às 14 horas. Por meio de nota, a Vale também informou que “ratifica sua intenção de manter o canal de comunicação aberto com as comunidades, contudo acredita que qualquer ato público ou manifestação deve respeitar o Estado Democrático de Direito e o direito constitucional de ir e vir”.



Tradição indígena faz pais tirarem a vida de crianças com deficiência física
SÍTIO FANTÁSTICO (GLOBO.COM), 07.12.2014

*A prática acontece em pelos menos 13 etnias indígenas do Brasil.
Uma tradição comum antes mesmo de o homem branco chegar ao país.*

Um assunto da maior importância: o direito à vida. Você acha certo matar crianças recém-nascidos por causa de alguma deficiência física?

Pois saiba que isso acontece no Brasil e não é crime. A Constituição, nossa lei maior, assegura a grupos indígenas o direito à prática do infanticídio, o assassinato de bebês que nascem com algum problema grave de saúde.

Para os índios, isso é um gesto de amor, uma forma de proteger o recém-nascido, mas tem gente que discorda.

Um projeto de lei que pretende erradicar o infanticídio já foi aprovado em duas comissões na Câmara Federal e agora vai para votação no plenário.

Do outro lado, os antropólogos defendem a não interferência na cultura dos índios. Os repórteres do Fantástico foram investigar essa questão sobre a qual pouco se fala. E descobriram que a morte desses recém-nascidos mudou para pior o mapa da violência no Brasil.

A cidade mais violenta do Brasil fica no interior do estado de Roraima. Chama-se Caracaraí e tem só 19 mil habitantes.

De acordo com o último Mapa da Violência, do Ministério da Justiça, em um ano, 42 pessoas foram assassinadas por lá. Entre elas, 37 índios, todos recém-nascidos, mortos pelas próprias mães, pouco depois do primeiro choro.

A partir de uma porteira, o Fantástico entrou na terra dos ianomâmis, uma área de 9,6 milhões de hectares, maior do que Portugal. Lá, vivem 25 mil índios em 300 aldeias numa floresta inteiramente preservada.

O filho de uma mulher ianomâmi vai fazer parte da próxima estatística de crianças mortas logo após o nascimento. Há duas semanas, ela começou a sentir as dores do parto, entrou na floresta sozinha e horas depois saiu de lá sem a barriga de grávida e sem a criança.

Os agentes de saúde que trabalham lá disseram, sem gravar, que naquela noite aconteceu mais um homicídio infantil, o infanticídio.

CONT.



O infanticídio indígena é um ato sem testemunha. As mulheres vão sozinhas para a floresta. Lá, depois do parto, examinam a criança. Se ela tiver alguma deficiência, a mãe volta sozinha para a aldeia.

A prática acontece em pelos menos 13 etnias indígenas do Brasil, principalmente nas tribos isoladas, como os suruwahás, ianomâmis e kamaiurás. Cada etnia tem uma crença que leva a mãe a matar o bebê recém-nascido.

Criança com deficiência física, gêmeos, filho de mãe solteira ou fruto de adultério podem ser vistos como amaldiçoados dependendo da tribo e acabam sendo envenenados, enterrados ou abandonados na selva. Uma tradição comum antes mesmo de o homem branco chegar por lá, mas que fica geralmente escondida no meio da floresta.

O tema infanticídio ressurgiu agora por ter se destacado no Mapa da Violência 2014, elaborado com os dados de dois anos atrás.

O autor do levantamento feito para o Ministério da Justiça, o pesquisador Júlio Jacobo, da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, não tinha ideia da prática.

“E aí, então, comecei a pesquisar efetivamente com as certidões de óbito. Registravam que crianças de cor ou raça indígena, de 0 a 6 dias de idade. E começamos a ver que realmente era uma cultura indígena meio não falada, meio oculta”, diz o pesquisador.

O secretário de Segurança Pública de Roraima, Amadeu Soares, explica por que o seu estado aparece, pela primeira vez, entre os mais violentos do Brasil.

Fantástico: Por que no ano de 2012 teve essa evolução, esse número tão grande?

Amadeu Soares: Porque foi o ano que a Secretaria Especial começou a fazer o trabalho de registro desses infanticídios.

E foi assim que Caracaraí, no interior de Roraima, se transformou no município mais violento do Brasil. São 210 homicídios para cada 100 mil habitantes. A média nacional é 29 homicídios para cada 100 mil habitantes.

Pituko Waiãpi é um sobrevivente. Ele nasceu há 37 anos numa aldeia waiapi, localizada no interior do Amapá. Tinha paralisia infantil e estava condenado ao sacrifício.

“A minha família não aceitava por causa da deficiência. Então, a Funai me tirou de lá”, conta.

O garoto cresceu entre os homens brancos e, aos sete anos, foi levado de volta para a tribo.

“Uma assistente social não entendia do costume da aldeia. Ela não sabia que ele não podia mais voltar e o mandou de volta”, conta Silvia Waiãpi, irmã de Pituko.

O garoto vivia carregado pela mãe, pai ou irmão mais velho.

CONT.



"E aí um dia minha mãe cansou de me carregar e deu para o meu pai. Quando foi na hora de atravessar o rio, meu pai começou a ameaçar que eu não servia para nada, que eu merecia ser morto. A minha mãe escutou isso e gritou que não era para ele fazer isso comigo", conta Pituko.

"A minha mãe o deu para um dentista e a única palavra que ele sabia falar em português era: 'Embora. Embora. Embora'", diz a irmã.

Ele só voltou a ver os pais quando tinha 21 anos.

"A minha mãe sentou do meu lado e disse: 'Meu filho, tu lembra daquele tempo que aconteceu?'. Eu falei: 'Lembro'. Aí ela perguntou: 'Você tem raiva dele?'. 'Eu, não. Eu gosto do meu pai'. Isso é cultura de vocês. Quem sabe vocês estavam fazendo o certo e eu não estava sofrendo mais", conta Pituko.

"Como é que é carregar um deficiente físico nas costas sem cadeiras de rodas? No meio do mato?", comenta a irmã de Pituko.

A irmã de Pituko explica: para o seu povo, o infanticídio não é um ato cruel.

"Era um ato de amor. Amor e desespero. Porque você não quer que um filho seu continue sofrendo. Você quer que ele sobreviva, mas não se não há como?", diz ela.

"Não se pode atribuir a isso qualquer elemento de crueldade. Se uma pessoa começa já no nascimento com deformações físicas ou incapacidades muito grandes, você vai ter sempre em si um marginal", avalia o antropólogo João Pacheco.

Na visão do antropólogo, este garoto é um exemplo do que seria um marginal na comunidade indígena. Ele sofre de um problema neurológico.

"Essa criança nasceu, segundo informações, sem nenhum sinal de qualquer tipo de deficiência. Eles não rejeitaram ela, mas ao mesmo tempo ela não fica como as outras crianças. Fica mais escondidinha", explica Tiago Pereira, enfermeiro da Secretaria de Saúde Indígena.

Por não ter percebido a deficiência, a mãe deu de mamar ao filho.

Esta é uma cena da maior importância na vida de um pequeno ianomâmi. Quando a mãe amamenta o filho, é como se tivesse dando a ele a certidão de nascimento, é que ele está sendo aceito por ela e pela comunidade.

Os índios acreditam que só durante esse ritual o bebê se torna um ser vivo e, graças a essa primeira mamada, Kanhu Rakai, filha de Tawarit, está viva hoje.

"Se tivesse anotado de pequeno, poderia estar enterrado", afirma Tawarit Makaulaka Kamaiurá, pai de Kanhu Rakai.

CONT.



Quando nasceu, a família, que faz parte da etnia kamayurá, não notou que Kanhu Rakai desenvolveria qualquer problema.

“Ela nasceu normal. Depois de cinco anos, ela começou a ir enfraquecendo mais”, conta Tawarit.

Kanhu Rakai tinha distrofia muscular progressiva, uma doença degenerativa que dificulta cada dia mais os movimentos da garota, e os pais se sentiam pressionados pela comunidade para matar a criança.

“A aldeia não manda. Pode mandar, mas só que quem decide, eu e ela, é a gente que decide”, diz Tawarit.

E eles decidiram se mudar para Brasília.

“Para mim, enterrar as crianças é feio, é muito feio”, afirma Tawarit.

A solução para impedir a morte de bebês indígenas não é simples. Quem vive próximo ao problema, sabe disso. João Catalano é o coordenador geral da Frente de Proteção dos Índios Ianomâmis, da Funai.

“A gente tem que entender o ambiente em que eles estão inseridos. Aqui a gente está falando da maior floresta tropical do mundo. A maior parte das regiões só chega de avião”, diz Catalano.

O secretário de Segurança Pública de Roraima aponta outra limitação para agir: “A Funai acompanha, estuda e analisa todas essas questões culturais dos povos indígenas. E o estado tem essa limitação de apenas fazer o registro e o atendimento no caso de óbito”.

Várias vezes, enquanto esta reportagem estava sendo feita, tentamos falar com a direção da Funai, a Fundação Nacional do Índio. Ela não quis falar com o Fantástico sobre esse assunto.

E o que diz a lei brasileira sobre o infanticídio indígena? O artigo 5º da Constituição garante a todos o direito à vida.

O jurista José Afonso da Silva, especialista em direito constitucional, faz uma ressalva sobre as exceções dentro da Constituição.

“Ela reconhece a cultura indígena, os costumes indígenas, as tradições indígenas”, observa o jurista.

Então, diante da Constituição do Brasil, não há nada condenável no ato da mãe índia que mata o filho bebê.

O deputado federal Henrique Afonso, do PV do Acre, apresentou um projeto de lei indicando

CONT.



como o estado pode trabalhar para intervir na questão. "Esse projeto, o objetivo é erradicar o infanticídio no Brasil", diz Henrique Afonso.

Ele prevê, por exemplo, a criação de um Conselho Tutelar Indígena, que teria autonomia para determinar qual medida deve ser adotada em cada caso.

O projeto ainda não foi colocado em votação no Congresso, mas já é criticado.

"Não há como executar essa lei a não ser com violência, que é desaconselhável. E a própria Constituição repudiaria isso", comenta o jurista José Afonso da Silva.

"Eu não posso imaginar que esse seja um projeto realmente humanitário. Então, nesse sentido, os antropólogos têm se manifestado sempre contra", diz o antropólogo João Pacheco.

Para os antropólogos, a solução seria o diálogo.

Uma saída bem sucedida encontrada pelo técnico de enfermagem da Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, Charles Sheiffer. Conversando, ele conseguiu impedir a morte de um bebê indígena.

"Eu estava no posto de saúde mais ou menos 5h20 e, de repente, eu escutei uma batida na porta do posto. A mãe mandou um dos filhos dela me chamar para poder mostrar essa criança. Cheguei lá e a criança estava na grama já com placenta e tudo. E fiquei com essa criança mais ou menos uns três dias", conta Sheiffer.

O pai já tinha outros três filhos. E acreditava que não tinha condição de criar mais um bebê.

"Até que o pai se convenceu da minha atitude. E a mãe também queria a criança. De toda forma, ela queria. E aí quando ela deu a primeira mamada... Pronto! A criança estava livre", lembra Sheiffer.

Silvia se formou em fisioterapia, é tenente no Exército e reclama da falta de estrutura e saúde dada a esses povos.

"Falta de medicação, falta de enfermeiros, técnicos, porque os poucos que têm estão sobrecarregados. Então, dizer que o índio está fazendo o infanticídio é muito fácil. Mas se tivesse estrutura, eu duvido que isso aconteceria. Eu falo isso porque meu irmão, o Pituko, é tetraplégico, ele não teria nenhuma condição de sobrevivência dentro da aldeia, mas aqui ele hoje é um pintor. Ele só mexe a cabeça e o pescoço, e ele pinta, e ele escreve apenas com a boca", conta Silvia.

Hoje Pituko é um orgulho para a sua aldeia. Agora, os waiãpis descobriram que existe outro caminho para crianças que nascem com deficiência.

"Eu quebrei os preconceitos sobre pessoas com paralisia infantil. Eu tenho uma sobrinha que tem dois filhos que são deficientes", diz Pituko.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 220/ 2014

Brasília, 09 de dezembro de 2014.

“E hoje meu pai entende isso. Hoje, nós vemos isso no olhar dele. Um olhar de amor. Um olhar de carinho. E quando nós vamos, ele chora, porque fazia muito tempo que ele não nos via. E ele diz em português: saudade”, conta Silvia.

A mesma saudade que Muwaji tem do seu povo. Ela é de uma tribo isolada do Amazonas, a suruwaha.

Quando deu a luz ao seu filho, estava sozinha no meio da floresta. Percebeu que a criança não abria as mãos e tinha as pernas cruzadas e duras. Muwaji começou a criar a filha mas o irmão insistia que ela devia matar a bebê.

“Meu irmão falou: ‘Dá o veneno. Eles vão matar’. ‘Não quero matar’”, conta Muwaji.

Para salvar a criança, Muwaji fugiu da sua tribo. Vive com a filha de oito anos em Brasília e nunca mais viu a família.

“Meu coração é triste, chora. Depois é alegre de novo”, diz.

Ela não vê meios de voltar para sua tribo e apenas canta quando quer se sentir próxima a seu povo.



Justiça do Pará declara Terra Indígena Maró inexistente

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 07.12.2014

Juiz considerou que relatório da Funai não tem validade jurídica pois área seria ocupada por população ribeirinha e não índios

Da Redação

No último dia 26 de novembro, a Justiça Federal do Pará determinou que o relatório produzido pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em 2011, que identifica e delimita a área de 42 mil hectares onde vivem indígenas das etnias Borari e Arapium, não tem qualquer validade jurídica.

Como base para a decisão, o juiz Airton Portela argumenta que contradições e omissões em relatório antropológico produzido pela Fundação levam à conclusão de que as comunidades da Gleba Nova Olinda, onde está localizada a TI Maró, são formadas por populações tradicionais como ribeirinhos, e não índios. O argumento usado na sentença é o da Teoria do Fato Indígena, a mesma utilizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no caso Raposa Serra do Sol em Roraima.

Assim, se desconsidera o processo de etnogênese das aldeias, que lutaram contra a descaracterização de sua identidade e hoje buscam afirmação de sua cultura e de seus direitos. Os habitantes das aldeias Novo Lugar, São José III e Cachoeira do Maró argumentam que não foram ouvidos para a tomada de decisão da justiça.

Além disso, a decisão vai contra o direito de autorreconhecimento, estabelecido na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Ela prevê o direito de expressar livremente a identidade, de modo incontestável. Dessa forma, os autoreconhecidos indígenas de Maró possuem o direito de exigir a demarcação de suas terras.

O Ministério Público Federal deve recorrer da decisão.

Interesses contrários à demarcação da Terra Indígena Maró

A área onde se localiza a Terra Indígena Maró, é visada por grandes empresas madeireiras. A região apresenta vastas áreas com madeiras de alto valor de mercado e foi destinada a concessão florestal pelo governo do estado do Pará.

Conforme o Plano de Outorga Florestal de 2014, a tendência é de expansão da exploração madeireira no local. Em novembro, as denúncias da comunidade indígena relativas à ação das madeireiras em Maró resultaram no envio de notificações do Instituto Brasileiro do Meio

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 220/ 2014

Brasília, 09 de dezembro de 2014.

Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para as empresas exploradoras e, em alguns casos, o embargos das atividades.

Com Informações Terra de Direitos

<http://www.brasildefato.com.br/node/30746>

AC: líder indígena é preso com euros e droga ao voltar da Europa

SÍTIO BLOG DA AMAZÔNIA, 08.12.2014



Siã Kaxinawa e o filho Bane Huni Kuin, que mora na Europa, com o amigo Ernesto Neto

Vencedor do Prêmio Chico Mendes de Meio Ambiente em 2005 e ex-vice-prefeito do município de Jordão (AC), o líder indígena Siã Kaxinawá está preso na delegacia de Tarauacá após ter sido flagrado pela Polícia Civil do Acre durante a Operação Brasil Integrado, na tarde de sexta-feira (5), em Feijó, com 100 gramas de maconha e sementes, além de 4,8 mil euros.

Siã Kaxinawá regressava ao Acre após ter participado de reuniões em Israel e países da Europa. Ele ganhou projeção dentro e fora do Brasil como ativista do movimento de defesa

da floresta e dos direitos das populações tradicionais e indígenas e também pelo trabalho de documentação visual.

O delegado Nilton Boscaro, diretor do Departamento de Polícia da Capital e do Interior, disse que a maconha, supostamente de origem holandesa, estava embalada em "quatro tipos diversos".

- Ele permanecerá preso porque o delegado que preside o inquérito está convencido da ocorrência de tráfico interno. Vamos recorrer ao banco de dados da Polícia Federal para realizar perícia com o objetivo de identificar o país onde a droga foi produzida. Caso outros dados de investigação e a perícia comprovem que a droga foi comprada na Europa, ficará caracterizado tráfico internacional – afirmou Boscaro.

O indígena preside a Associação dos Seringueiros Kaxinawa do Rio Jordão. Nos últimos anos, as lideranças da etnia Huni Kuin (gente verdadeira), que é como os kaxinawá se autodenominam, passaram a organizar sessões de Nixi-pae (ayahuasca) dentro e fora do país. Os jovens Fabiano Maia Sales Yawabané Huni Kuin e Fabiano Maia Sales Yawabané Huni-Kuin, ambos filhos de Siã, são os mais notáveis do grupo.

- Antes de considerarmos o indígena como réu, temos que vê-lo como vítima. Os Huni-Kuin estão sendo vítimas do neo-xamanismo predatório que utiliza o xamanismo tradicional como meio comercial. Existem grupos, dentro e fora do Brasil, que promovem viagens, oficinas e rituais onde os indígenas, muitos deles ainda sem experiência xamânica, "emprestam" seu

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 220/ 2014

Brasília, 09 de dezembro de 2014.

visual e suas canções. Com isso, cria-se uma cadeia de deturpações e vícios que impactam negativamente a vida nas aldeias. Espero que o Siã supere tudo isso, transformando a experiência negativa em algo positivo para a proteção de sua cultura – comentou um indigenista consultado pela reportagem.

Há dois anos, Siã Kaxinawá foi convidado pelo governador do Acre Tião Viana (PT) a estreitar os laços entre o governo estadual e as comunidades indígenas do município de Jordão, para expor as dificuldades e necessidades das etnias da região.

Consultada, a Funai no Acre limitou-se a informar que está acompanhando o caso.



Boletim de Notícias - Edição nº 220/ 2014

Brasília, 09 de dezembro de 2014.

Ensalamento do Processo Seletivo Indígena 2015 da UFSCar é liberado

SÍTIO VESTIBULAR BRASIL ESCOLA, 08.12.2014

Provas serão nos dias 19 e 20 de dezembro somente no campus de São Carlos.

A Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), no interior de São Paulo, divulgou na última sexta-feira, 5 de dezembro, a convocação para as provas, com os locais, do Vestibular Indígena 2015, que será nos dias 19 e 20.

[Consulte o ensalamento](#)

Puderam se inscrever nesta seleção índios brasileiros que estudaram em colégios públicos, ou em escolas indígenas cadastradas no Ministério da Educação (MEC). Estão sendo oferecidas 61 vagas, sendo uma para cada curso da universidade.

Todos os exames serão no Edifício de Aulas Teóricas AT-4 do campus sede, que fica na Rodovia Washington Luis, km 235, em São Carlos. Entre 8h e 12h o teste conterá 40 questões de múltipla escolha sobre Ciências Naturais (Física, Química e Biologia), História, Geografia e Matemática.

Uma redação deverá ser elaborada das 14h às 17h. É aconselhado chegar com antecedência de 30 minutos, pois os portões de acesso serão abertos às 7h30 e às 13h30. Deve-se levar o documento de identidade, lápis preto nº 2, borracha, apontador e caneta esferográfica com tinta azul ou preta.

No segundo dia acontecerão as provas orais, tanto pela manhã quanto pela tarde. Candidatos ao curso de Música farão ainda um teste de habilidades específicas (THE) composto por três atividades práticas e três orais. O resultado é esperado para um mês depois, em 20 de janeiro de 2015.

Do total de vagas, 38 são para as graduações em São Carlos, 6 para o campus de Araras, 14 em Sorocaba e 3 no campus Lagoa do Sino, localizado no município de Buri. Mais informações no Edital e Manual do Candidato, por meio do telefone (11) 3874-6300 ou através desta página.

Por Dayse Luan

Índios da Amazônia relatam mais ameaças após assassinatos

SÍTIO EXAME.COM, 08.12.2014

Índios: tensões enfatizam a ausência da lei em uma das fronteiras com maior biodiversidade no mundo



Os indígenas da fronteira entre Peru e Brasil dizem que continuam a receber ameaças de morte de madeireiros desde o assassinato de quatro chefes locais em uma região remota de floresta assolada pelo corte ilegal de árvores.

A morte do líder da tribo Ashaninka, Edwin Chota, e de três companheiros seus em setembro se deu após um aumento nos índices de desmatamento na Amazônia no ano passado e aprofundou os temores de que os madeireiros irão atacar as tribos, que têm sido mais ativas em sua oposição.

As tensões enfatizam a ausência da lei em uma das fronteiras com maior biodiversidade no mundo e que há tempos é palco de visões conflitantes sobre desenvolvimento e preservação.

Nos últimos anos, os índios das regiões fronteiriças vêm confrontando estranhos em busca de madeira, petróleo, ouro e do controle das rotas do narcotráfico para o Brasil, onde a Copa do Mundo deste ano alimentou a procura por cocaína peruana.

O grupo ativista Global Witness disse que a violência põe em xeque o compromisso do Peru de proteger suas florestas e conceder direitos territoriais a comunidades nativas.

O Peru, que sedia a cúpula climática da Organização das Nações Unidas (ONU) durante esta semana, deteve três madeireiros ligados aos assassinatos, mas as prisões não frearam o desmate ilegal na área da divisa nem puseram fim ao tipo de assédio que antecedeu a morte de Chota, afirmaram os moradores.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 220/ 2014

Brasília, 09 de dezembro de 2014.

“Tem havido até mais ameaças”, declarou o líder Ashaninka, Reyder Sebastian, por telefone da região da fronteira.

Os madeireiros alertam os moradores locais para que fiquem quietos ou enfrentem o mesmo destino de Chota, usando o rádio ou gritando através dos rios, disse Sebastian. Ele recebeu várias ameaças de morte pelo celular desde que substituiu Chota como líder local, acrescentou.

O Peru disse que a polícia posicionada perto da divisa depois dos assassinatos irá ajudar a garantir a proteção, e prometeu enviar pessoal e recursos adicionais em breve.

A Polícia Federal do Brasil também enviou efetivos para a região temporariamente.

Muitos índios temem que a investigação das mortes termine sem que todos os assassinos sejam levados à justiça. O promotor peruano Edder Farfan ecoou estas preocupações, afirmando que tem três mandados de prisão para homens ligados aos direitos territoriais na área que ele suspeita terem encomendado as mortes.

TJ-PR busca solução para registro unificado de índios guaranis

SÍTIO CBN FOZ, 08.12.2014

O Tribunal de Justiça do Paraná vai buscar uma solução para os indígenas que vivem na região trinacional tenham um documento único ou integrado de identificação.

O objetivo é regularizar a situação dos registros de nascimento nestas comunidades, de forma que abarquem o conceito de "nação guarani". A Reserva Indígena do Ocoy fica localizada em São Miguel do Iguçu, onde vivem aproximadamente 700 pessoas.

Os desembargadores do TJ-PR estiveram na sexta-feira (05) na reserva criada e assistida por Itaipu, através do Programa Sustentabilidade de Comunidades Indígenas, da Diretoria de Coordenação da binacional.

O objetivo foi verificar a situação da comunidade, incluindo seus moradores na ação que tem o intuito de acabar com a falta de registro da população infantil no estado.



Quadrigêmeas indígenas recebem alta de maternidade em MS

SÍTIO GLOBO.COM, 08.12.2014

*Meninas seguem com os pais, de ambulância, para Anastácio.
Mãe descobriu gravidez de quadrigêmeas durante parto normal.*



Quadrigêmeas com mãe, profissionais da maternidade e pai
(Foto: Tatiane Queiroz/G1 MS)

Após 102 dias internadas, as quadrigêmeas Elizabete, Elizângela, Elizete e Eliza deixaram a maternidade Cândido Mariano, em Campo Grande, na manhã desta segunda-feira (8). As irmãs receberam alta por volta das 11h (de MS). Elas seguem com os pais, de ambulância, para Anastácio, a 128 quilômetros da capital sul-mato-grossense.

"Muito feliz, não vejo a hora de chegar em casa", disse a mãe Denir Campos.

As meninas estavam internadas na maternidade desde o dia 28 de agosto, quando nasceram. Por conta do parto prematuro, as quadrigêmeas nasceram abaixo do peso ideal. Segundo informações da maternidade, todas já estão com mais de dois quilos.

Elizabete é a maior, está com 2,9 quilos. Eliza é a menor, está com 2,1 quilos. "Apesar de ser a pequenininha, é a mais brava", afirmou a mãe. Elizângela e Elizete estão com aproximadamente 2,5 quilos.

Univitelinas, as quadrigêmeas nasceram de 31 semanas, em um intervalo de 10 minutos entre elas, com pesos entre 890 gramas e 1,170 quilo. Logo depois do parto, as bebês foram levadas para a Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Neonatal, onde permaneceram por cerca de um mês.

Depois foram transferidas para uma Unidade Intermediária (UI) e, em seguida, tiveram alta para ir para o quarto. Por conta da prematuridade, elas tiveram que passar por uma laserterapia nos olhos, para corrigir uma retinopatia e já enxergam normalmente.

Indígenas brasileiros protestam na COP20 por demarcação de terras

SÍTIO NE10, 08.12.2014



Índios rejeitam uma proposta de emenda constitucional, a PEC 215, que transfere do Executivo ao Legislativo a competência para demarcar terras indígenas. Foto: AFP

Representantes de comunidades indígenas brasileiras protestaram nesta segunda-feira (8) em repúdio a uma mudança na demarcação de suas terras na conferência das Nações Unidas sobre o Clima (COP20), que se celebra em Lima para negociar medidas contra o aquecimento global.

Em espaços abertos da fortaleza militar que sedia a conferência, líderes da Articulação de Povos Indígenas do Brasil lançaram palavras de ordem contra o governo Dilma Rousseff por uma proposta sobre a demarcação de suas terras, cuja votação no Congresso está prevista para esta semana.

"O governo brasileiro promove o pior ataque aos povos indígenas", disse Sonia Guajajara, enquanto seus colegas protestavam com cânticos, acompanhados de chocalhos.

"O Brasil apresenta aqui metas ambiciosas para a redução das emissões, mas sua prática é o contrário: autoriza o desmatamento e a presença de hidrelétricas", reivindicou a líder indígena.

Os índios brasileiros rejeitam uma proposta de emenda constitucional, a PEC 215, que transfere do Executivo ao Legislativo a competência para demarcar terras indígenas.

"A votação da PEC 215 é uma medida que vai paralisar a demarcação de terras indígenas", lamentou Guajajara.

Delegações de 195 países negociam em Lima medidas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e mitigar os efeitos do aquecimento global, com vistas a um acordo multilateral que deverá ser firmado no ano que vem em Paris.



Produtores são atacados por supostos indígenas na divisa com a aldeia Te'Yikuê
SÍTIO CAARAPO NEWS, 08.12.2014

Os produtores rurais Ademir Bacchi (51) e Olavo Trindade Caneppele (56) foram atacados na tarde deste domingo (7) por um grupo de supostos indígenas, próximo a aldeia Te'Yikuê, em Caarapó. Na ocasião, a esposa de Olavo, sua filha e seu genro também estavam no veículo.

De acordo com boletim de ocorrência registrado na delegacia de Polícia Civil, por volta das 13h30, Bacchi se dirigiu até sua propriedade rural, fazenda Nossa Senhora Aparecida, localizada na divisa da aldeia Te'Yikuê, para aplicar defensivo agrícola em sua lavoura.

No retorno, por volta das 14h30, o produtor seguia pela estrada que faz a divisa com a reserva, quando um grupo de supostamente quatro indígenas, que estavam em um automóvel Parati, com placas de Dourados, se posicionaram no meio da estrada, sendo que três estavam armados com lanças, arcos e flechas e lançaram algumas delas em direção ao veículo, uma caminhonete Hilux, de cor preta, de propriedade de Olavo, que também tem uma propriedade na região. Uma quarta pessoa estaria de posse de uma arma de fogo.

Temendo por sua vida e das demais pessoas, Bacchi acelerou a caminhonete. Segundo ele, cerca de 40 indígenas invadiram a sua fazenda, inclusive com barracas de lonas já montadas na propriedade. Conforme Ademir, na manhã de ontem ele não tinha visto nenhum indígena por lá, nem as barracas.

A esposa de Olavo, Maria Andréia de Matos Caneppele, conseguiu gravar o momento em que os indígenas lançaram as flechas na direção do veículo.

De acordo com relatos de indígenas vizinhos das fazendas dos produtores, os autores não são indígenas da aldeia Te'yikuê e nem sabem ao certo se são realmente indígenas ou se são paraguaios. Eles acrescentaram que também têm medo dos invasores.

As vítimas disseram a polícia que estão receosas de retornar ao local onde cultivam grãos. A fazenda Nossa Senhora Aparecida não tem cerca que a delimita. ([Veja o vídeo](#))

Os Cinta-Larga

SÍTIO TOP NEWS, 09.12.2014



O grupo, originalmente, usava uma larga faixa confeccionada da entrecasca de tauari (*Couratari* spp) que lhes cingia a cintura e, por isso, os regionais passaram a denominá-los Cinta-Larga codinome que foi adotado pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Na verdade sob a denominação de Cinta-Larga foram aglutinados três grupos distintos, que possuem língua e cultura semelhantes, autodenominados Kabã, Kakin e Mã.

As Terras Indígenas (TI) Cinta-Larga, Zoró e Suruí estão inseridas no Parque Indígena (PI) Aripuanã localizado no Leste do Estado de Rondônia e Noroeste do Mato Grosso somando uma área total de aproximadamente 2,8 milhões de hectares. A FUNAI criou, no último decênio do século XX, quatro TI adjacentes dentro do território ocupado pelos Cinta-Larga – PI Aripuanã, Área Indígena (AI) Roosevelt, AI Serra Morena e AI Aripuanã cuja população está distribuída em 33 aldeamentos.

Questão Cinta-Larga

Até o final dos anos 1960, os Cinta Larga, ocupavam (e dominavam) uma área de 4,5 milhões de hectares entre os Rios Roosevelt e Aripuanã, repleto de riquezas historicamente exploradas por seu valor de mercado: primeiro como uma província seringueira, depois mineral, depois madeira e hoje ambas. Foi com seringueiros e garimpeiros que invadiram seu território que os Cinta-Larga contataram os “zaryj” (civilizados), em uma região pródiga em borracha, ouro, diamante e madeiras nobres.

Os Cinta-Larga observaram que esses inimigos tinham as cobiçadas ferramentas de metal, sobretudo machados e terçados (facões), já que no começo desprezavam e não viam utilidade nas espingardas. Justamente aí tem início a “Questão Cinta-Larga”, na divulgação regional e nacional das riquezas minerais em suas terras e da sua antropofagia, noticiadas na imprensa nos anos 1960. A FUNAI somente chegaria à região após essas notícias, alguns anos depois de a maioria dos grupos locais Cinta-Larga do Aripuanã e do Roosevelt terem contatado garimpeiros e visitado a estação telegráfica de Vilhena.

As primeiras ações desses funcionários foram justamente as de expulsar os “amigos garimpeiros” e tomar o lugar deles, inclusive instalando-se em suas casas, dando aos Cinta-Larga as tão desejadas ferramentas – além de remédios e sementes. Os funcionários do órgão indigenista (FUNAI) passaram, pouco depois, a organizar a vida aldeã, convocando os Cinta-Larga para o trabalho na roça, corte de seringa e outras atividades cotidianas, de modo a concorrer com o próprio “zapivaj”, como é chamado o chefe da aldeia.

CONT.



No fim dos anos 1980, críticas e ameaças contra a “mesquinhez” da FUNAI se tornaram regra entre os Cinta Larga que foram sendo transformadas em indiferença ao longo desta última década. Por essa razão, os Cinta-Larga substituíram a FUNAI pelos “amigos madeireiros”, os novos doadores de ferramentas – e moradias, estradas e Toyotas e L200. Quando a FUNAI deixou de se comportar “no registro de zapivaj”, deixando de concorrer com os verdadeiros donos da casa, tudo voltou como antes na ordem sociopolítica Cinta-Larga.

Assim, a iniciativa dos contratos de madeira, se no começo dessa atividade (1986-1988) passava pelos funcionários da FUNAI, foi completamente assumida pelos “zapivaj” de todas as aldeias quando esses funcionários foram afastados e aqueles que entraram tinham como postura predominante o “não se meter”. “Liberar” a exploração de madeira ou garimpo para “pegar dinheiro”, visando atender suas necessidades atuais de bens e serviços (como moradias, saúde, educação) – dado que a FUNAI, falida, não os propicia, “como no começo fazia” – passou a ser a regra dominante da economia política dos Cinta Larga. (BETO & FANY)

Progressivamente a cobiça desenfreada pelos recursos naturais na TI Cinta-Larga passou a contar com a participação efetiva e ostensiva de funcionários da FUNAI que contavam com o beneplácito dos mais altos escalões do órgão pseudo-indigenista. As máfias ligadas à exploração madeireira e garimpo passaram a fazer uso de “contratos” estabelecendo como moeda de troca com os líderes indígenas corruptos e corruptores, todo o tipo de mercadorias, caminhonetes e dinheiro vivo – fruto da participação nos “lucros” que pretensamente dariam respaldo às invasões e demais atos ilícitos. Desde então o patrimônio cultural, moral e natural dos Cinta-Larga foi sendo sistematicamente dilapidado.

Os Kimberlitos da TI Cinta-Larga

“Lá está a riqueza que os estrangeiros e os políticos querem tirar do meu povo. Tudo o que saiu é pouco. Os garimpeiros estão somente arranhando a rocha maior (kimberlito), abaixo do igarapé, onde está o grosso do diamante”.

(Tataré Cinta-Larga – Isto É, Edição: 1731, 05.12.2002)

Os kimberlitos são a mais importante fonte de diamantes e sua existência só foi comprovada nos idos de 1866. Kimberlito é uma homenagem a Kimberly, na África do Sul, onde a existência destas miraculosas chaminés foi comprovada pela primeira vez.

A maioria dos diamantes que encontramos hoje formaram-se há milhões de anos e violentas erupções de magma trouxeram-nos até a superfície através das chaminés de kimberlito. Estas chaminés foram criadas à medida que o magma emergia pelas mais profundas fissuras da Terra empurrando os diamantes e outros minerais para a superfície da crosta terrestre. Após o magma esfriar ele deixava atrás de si as características veias cônicas da rocha de kimberlito.

Embora alguns de nossos mais ilustres magistrados manifestem-se contrários à exploração mineral nas TI os caciques Cinta-Larga continuam zombando da Lei e gerindo suas terras como se não fizessem parte de nosso País. A prepotência se deve simplesmente à ausência de medidas coercitivas que os atinjam, a morte de centenas de garimpeiros, a ingerência até mesmo em terras que não lhes pertencem, os “contratos” permitindo o garimpo e a exploração madeireira atentam contra tudo e contra todos.

CONT.



Filhos da Terra, 15.07.2014 – Redação 24 Horas News

Extração de diamantes em terra indígena em MT atrai conflitos e mortes, ladrões, prostitutas e contrabandistas.

A partir de agora, devem ser cancelados os requerimentos para realização de pesquisa mineral em terras indígenas da comunidade Cinta-Larga e no seu entorno, conforme decisão obtida pelo Ministério Público Federal (MPF) junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1). No dia 1º de julho, o Superior Tribunal de Justiça concedeu liminar para retirar efeito suspensivo que impedia a decisão do TRF1 de ser cumprida. Desde a ação civil pública em primeira instância, o MPF demonstrou que as pesquisas e lavras autorizadas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) no interior da terra indígena têm servido para aumentar a criminalidade na área.

Relatório da Polícia Federal (PF) citado nas peças do MPF assinala os conflitos gerados entre garimpeiros, minerados e indígenas por causa da comercialização ilícita de diamantes extraídos nas terras ocupadas pelos índios Cinta Larga, com produção avaliada em torno de US\$ 20 milhões mensais. Segundo apuração da PF em Rondônia, a vida dos contrabandistas tem sido facilitada pela concessão de licenças de pesquisas minerais próximas às áreas indígenas pelo DNPM e “a presença de mineradoras nas áreas circunvizinhas às terras indígenas fomenta o contrabando e o crime organizado que atua contrariamente aos interesses indígenas”.

A área indígena dos Cinta-Larga possui um raro kimberlito – rocha vulcânica onde é encontrado o diamante – que, segundo estudo da Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais, órgão do Ministério das Minas e Energia, é único no país, podendo gerar uma mina industrial de diamante de gema com capacidade para produzir, no mínimo, um milhão de quilates de pedras preciosas por ano.

Além disso, a exploração atrai ladrões de pedras, prostitutas e traficantes para a região. Já provocou a morte de pelo menos cem garimpeiros, índios e contrabandistas nos últimos dois anos, e é responsável por sérios danos ambientais, tais como o assoreamento do Rio Roosevelt. (...)

Certamente será mais uma Lei que não será cumprida, parece-me que teríamos de começar encarcerando as autoridades do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) que autorizaram este tipo de pesquisa e lavra.



Índios da Amazônia relatam mais ameaças de morte após assassinato de líderes
SÍTIO JORNAL A CIDADE, 08.12.2014

Por Mitra Taj e Caroline Stauffer

LIMA/SÃO PAULO (Thomson Reuters Foundation) - Os indígenas da fronteira entre Peru e Brasil dizem que continuam a receber ameaças de morte de madeireiros desde o assassinato de quatro chefes locais em uma região remota de floresta assolada pelo corte ilegal de árvores.

A morte do líder da tribo Ashaninka, Edwin Chota, e de três companheiros seus em setembro se deu após um aumento nos índices de desmatamento na Amazônia no ano passado e aprofundou os temores de que os madeireiros irão atacar as tribos, que têm sido mais ativas em sua oposição.

As tensões enfatizam a ausência da lei em uma das fronteiras com maior biodiversidade no mundo e que há tempos é palco de visões conflitantes sobre desenvolvimento e preservação.

Nos últimos anos, os índios das regiões fronteiriças vêm confrontando estranhos em busca de madeira, petróleo, ouro e do controle das rotas do narcotráfico para o Brasil, onde a Copa do Mundo deste ano alimentou a procura por cocaína peruana.

O grupo ativista Global Witness disse que a violência põe em xeque o compromisso do Peru de proteger suas florestas e conceder direitos territoriais a comunidades nativas.

O Peru, que sedia a cúpula climática da Organização das Nações Unidas (ONU) durante esta semana, deteve três madeireiros ligados aos assassinatos, mas as prisões não frearam o desmate ilegal na área da divisa nem puseram fim ao tipo de assédio que antecedeu a morte de Chota, afirmaram os moradores.

"Tem havido até mais ameaças", declarou o líder Ashaninka, Reyder Sebastian, por telefone da região da fronteira.

Os madeireiros alertam os moradores locais para que fiquem quietos ou enfrentem o mesmo destino de Chota, usando o rádio ou gritando através dos rios, disse Sebastian. Ele recebeu várias ameaças de morte pelo celular desde que substituiu Chota como líder local, acrescentou.

O Peru disse que a polícia posicionada perto da divisa depois dos assassinatos irá ajudar a garantir a proteção, e prometeu enviar pessoal e recursos adicionais em breve.

A Polícia Federal do Brasil também enviou efetivos para a região temporariamente.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 220/ 2014

Brasília, 09 de dezembro de 2014.

Muitos índios temem que a investigação das mortes termine sem que todos os assassinos sejam levados à justiça. O promotor peruano Edder Farfan ecoou estas preocupações, afirmando que tem três mandados de prisão para homens ligados aos direitos territoriais na área que ele suspeita terem encomendado as mortes.



Boletim de Notícias - Edição nº 220/ 2014

Brasília, 09 de dezembro de 2014.

Índios saqueiam 27 toneladas de frango

SÍTIO CGN, 03.12.2014

Policia tentou impedir a ação, mas foi ameaçado...

Índios saquearam 27 toneladas de frango congelado, que estava sendo transportado em uma carreta para o porto de Paranaguá para exportação. De acordo com a PRF (Polícia Rodoviária Federal), a carreta tombou no Km 494 da BR-277, em Guaraniaçu por volta das 10h30 da manhã. O motorista teve escoriações.

A carga de frango estava em contêiner, que ficou fechado mesmo após o acidente. No entanto, no período da tarde, os índios chegaram, abriram a porta da carreta e levaram as 27 toneladas de carne. O policial tentou impedir a ação, mas foi ameaçado pelo grupo.

Índios armados invadem fazenda em Caarapó; produtores são recebidos a tiros
SÍTIO ALÔ CAARAPÓ, 08.12.2014



Índio armado na Fazenda Toca do Jacaré.
(Fotos: Alô Caarapó/Baltazar Fabiano)

Aproximadamente 50 índios, entre homens, mulheres e crianças, invadiram neste domingo (7), por volta do meio dia, a Fazenda Toca do Jacaré, do produtor rural Ademir Bacchi, divisa com a Fazenda Rancho Novilho. Na tarde desta segunda-feira (8), por volta das 16h30, um grupo de cerca de 30 produtores rurais tentaram se aproximar da localidade invadida, para observar a situação, mas ao chegar perto foram recebidos a tiros de revólver e espingarda.

Conforme informações de produtores rurais a reportagem do Alô Caarapó local, os produtores rurais ficaram juntos por um bom tempo na antiga sede da Fazenda Jatobá, no local conhecido como "Figueira", mas como fica muito distante do acampamento dos índios, quatro produtores rurais mais o fotógrafo, resolveram ir de caminhonete perto do local invadido para tentar fotografar o ambiente.

Enquanto o grupo tirava as fotos, alguns índios de forma estratégica, foram caminhando ao encontro da caminhonete, e quando o motorista e seus colegas perceberam estavam cercados pelos indígenas.

Os mesmos chegaram, e em poucos segundos já partiram para cima dos produtores rurais. Neste momento os demais produtores que estavam de longe, funcionaram seus veículos e partiram para onde estava acontecendo o conflito.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 220/ 2014

Brasília, 09 de dezembro de 2014.

Os índios ao verem que os demais produtores estavam chegando começaram a desferir tiros, sendo que um deles pegou de raspão em uma caminhonete. Como viram que eram muitos veículos começaram a retornar para onde estão instalados.

O produtor rural, Olavo Trindade Caneppele (56), que passou por uma experiência dramática neste domingo, ao ser atacado com sua família e mais o produtor rural Ademir Bachi, por um grupo supostamente indígena, conforme já foi publicado no Alô Caarapó, disse que os produtores não querem guerra e nem confusão, a não ser o direito de trabalhar e produzir em suas próprias terras.

Caneppele disse ainda que enquanto um grupo de produtores rurais foi para próximo das terras invadidas, outro grupo ficou no 2º Pelotão de Polícia Militar de Caarapó, na tentativa de negociar a ida dos policiais, como também da equipe da Força Nacional, que chegou a vir para Caarapó com a presença de quatro veículos.

Até a edição desta matéria nenhuma das polícias haviam se deslocado até as terras invadidas, haja vista, as mesmas dependerem de ordens de comandos, sendo que a Força Nacional depende diretamente de Brasília.



Dois indígenas Ka`apor estão desaparecidos

SÍTIO CEDEFES, 08.12.2014

Dois indígenas Ka`apor estão desaparecidos no Maranhão

Estão desaparecido desde sábado (dia 29.11.2014) dois Indígenas do Povo Ka'apor. Os conflitos e as ameaças de madeireiros e seus apoiadores tem causado graves violações de direitos humanos aos Indígenas KA'APOR, da Terra Indígena Alto Turiaçu, que está localizada nos municípios de Zé Doca, Nova Olinda, Maranhãozinho, Araguanã, Centro do Guilherme, Santa Luzia do Paruá, Centro Novo do Maranhão.

As serrarias e movelarias na região atuam fortemente na retirada de madeira ilegal das TIs Alto Turiaçu, Caru e Awá-Guajá. A SEMA/MA_Secretaria Estadual de Meio Ambiente não tem feito a fiscalização e monitoramento desses "empreendimentos suspeitíssimos" que atuam no DESMATAMENTO ILEGAL.

A SEMA/MA tem sido conivente com os crimes ambientais naquela região. Ontem, uma das aldeias da TI Alto Turiaçu foi invadida por pistoleiros e madeireiros que ameaçaram e agrediram lideranças indígenas Ka'apor, tentando impedir que as Lideranças Indígenas deixem de realizar os trabalhos de vigilância e fiscalização na TI, o que vem impedindo parte da entrada de madeireiros na Terra Indígena Alto Turiaçu, onde vivem aproximadamente 1.800 indígenas Ka'apor.

Os madeireiros estão ameaçando incendiar as caminhonetes dos Indígenas, numa retaliação contra os trabalhos de vigilância realizados para impedir o DESMATAMENTO ILEGAL. Os Ka'por reclamam que a FUNAI não tem aparecido na TI para somar esforços no combate ao Desmatamento Ilegal. Os Ka'apor estão preocupados com o desaparecimento de de seus parentes e reclamam providências aos órgãos responsáveis, assim como o combate aos crimes ambientais na região.

O Governo Federal não instalou as bases de fiscalização nas Terras Indígenas da região, portanto, existe um conjunto de omissões do Governo Federal e demais órgãos.

Fonte: www.viasdefato.jor.br



Apoio ao Povo Munduruku
SÍTIO CEDEFES, 09.12.2014

Conheça nossa campanha de financiamento coletivo e junte-se a nós Tecendo Resistência - por justiça e paz - Campanha Munduruku.

O governo brasileiro está planejando construir um grande número de barragens hidrelétricas nos rios da Amazônia, destruindo a biodiversidade e interrompendo o modo de vida de milhares de indígenas e outras populações locais. Agora que as obras da gigante barragem de Belo Monte, no rio Xingu, estão a todo vapor, o governo está avançando com o seu próximo grande projeto – uma série de barragens no rio Tapajós.

Porém os mais de 12.000 indígenas Munduruku, conhecidos como guerreiros, vivem nessa região e estão se mobilizando. Atualmente, seus esforços tem se focado em um processo autônomo de demarcação da terra Munduruku, iniciativa tomada após 13 anos de espera de um posicionamento da FUNAI.

Esta luta conta com o apoio de cinco grupos, que com linguagens e metodologias diversas, expandem o discurso em favor da autonomia indígena. Através da união das organizações Munduruku “Iperêg Ayû”, “Da’uk” e “Pahyhyp”, e parceiros como a produção do documentário “Índios Munduruku: Tecendo a Resistência” (MiráPorã), e o coletivo “Amazônia em Chamas”, esta campanha foi elaborada para fortalecer a saga de um povo pelo direito de permanecer na sua terra.

Fonte: <http://www.campanhamunduruku.net/>



Projeto gera mais de R\$ 5 milhões em renda para índios e seringueiros

SÍTIO PORTAL BRASIL, 09.12.2014

Parceria com a Petrobras, Pacto das Águas mantêm compromisso de garantir o manejo sustentável de culturas locais na Amazônia

A parceria entre a Petrobras e o projeto Pacto das Águas completa sete anos de existência. Nesse período, a renda gerada pela iniciativa superou R\$ 5 milhões para seringueiros e índios de tribos como Cinta Larga, Rikbaktsa, Gavião e Arara.

A parceria reúne iniciativas de conservação de matas e mananciais de água, além do manejo sustentável de culturas locais na Amazônia mato-grossense.

O projeto é parte do Programa Petrobras Socioambiental e já envolveu 3 mil pessoas na extração sustentável e comercialização de aproximadamente duas mil toneladas de castanha-do-Brasil (também chamada castanha-do-Pará) e 90 toneladas de látex (matéria-prima para a fabricação de borracha).

Uma parceria foi firmada com agricultores familiares, por meio da Cooperativa de Agricultores do Vale do Amanhecer, estendendo a esse grupo os conhecimentos a respeito do uso sustentável da terra e das águas e garantindo a compra de parte do que é produzido pelos índios e seringueiros. O restante da produção é adquirido por empresas parceiras.

O coordenador do projeto, Plácido Costa, avalia que os benefícios vão além das fronteiras da Amazônia mato-grossense.

"O mais importante é que diminuimos o êxodo rural, dando razões para jovens índios e seringueiros estreitarem laços com suas terras, sua identidade, sua cultura; criamos alternativas sustentáveis de ocupação da terra em detrimento do modelo vigente de desmatamento", afirma.

"Preservamos dois mil hectares da Amazônia mato-grossense, evitando a expansão de pastagens e a exploração madeireira predatória, fortalecemos a organização política e social dos índios e seringueiros e unimos povos que foram inimigos no passado na disputa pelos recursos da floresta", completa o coordenador.

Capacitação

As oficinas do projeto Pacto das Águas capacitaram mais de 300 pessoas para atuarem como agentes ambientais e gestores de negócios com foco em estratégias de desenvolvimento local, manejo florestal e comercialização sustentável da produção.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 220/ 2014

Brasília, 09 de dezembro de 2014.

Graças à parceria, o manejo de produtos florestais atualmente conta com maior infraestrutura, a exemplo de barracões para o manuseio dos produtos extraídos.

Programa Petrobras Socioambiental

O Pacto das Águas é um projeto patrocinado pela Petrobras no âmbito do Programa Petrobras Socioambiental Desenvolvimento Sustentável e Promoção de Direitos.

A iniciativa vai investir, até 2018, R\$1,5 bilhão em projetos de todo o Brasil, com foco nas linhas de atuação: Produção Inclusiva e Sustentável, Biodiversidade e Sociodiversidade, Direitos da Criança e do Adolescente, Florestas e Clima, Educação, Água e Esporte.

Fonte: Agência Petrobras



Indígenas de reserva em Erebango bloqueiam trânsito na ERS-135

SÍTIO GLOBO.COM, 09.12.2014

Há duas semanas, a PF prendeu 5 pessoas por esquema de arrendamento. Eles pedem audiência com o MP, pois alegam que não há arrendamento.

Indígenas da Reserva Ventarra, no município de Erebango, voltaram a bloquear o trânsito na RS-135 por volta das 10h desta terça-feira na Região do Alto Uruguai, Rio Grande do Sul. A cada meia hora, os manifestantes liberam a passagem dos carros. Eles pedem uma audiência com o Ministério Público, pois alegam que não há arrendamento de terras na reserva.

Há duas semanas, a Polícia Federal prendeu cinco pessoas pela participação em um esquema de arrendamento. Foram presos três agricultores, um ex-cacique e um funcionário da Funai. Eles foram liberados pela Justiça no dia seguinte. Na segunda-feira (8), a rodovia foi bloqueada das 14h às 17h.

Teledomingo mostrou denúncias

Em janeiro deste ano, o Teledomingo, da RBS TV, mostrou denúncias sobre arrendamento de terras indígenas, o que é proibido por lei, feitas pelo procurador Rodinei Candeia ao Ministério da Justiça (veja o vídeo).

Segundo ele, a prática é comum e generalizada na Região Norte do estado. "As áreas onde não há arrendamento é que são a exceção", disse o procurador à epoca.

A Polícia Federal investigou o esquema e ouviu uma índia, considerada importante testemunha, que contou que os índios recebiam alimentos como pagamento pelo arrendamento das terras.

Quatro agricultores e um índio de Cacique Double, na Região Norte, são acusados de envolvimento em arrendamento de terras em uma aldeia da cidade. O cacique Valdir Ranke, que está entre os acusados, nega os arrendamentos e diz que existiam parcerias com os brancos. O crime é de usurpação de bens da união, com penas que podem chegar a cinco anos de prisão.

Entenda o conflito

Em 2004, um grupo de índios, que vivia em uma aldeia em Cacique Doble, na Região Norte do Rio Grande do Sul, acampou em terras de agricultores. Segundo eles, essas terras pertenciam aos ancestrais guaranis. A Fundação Nacional do Índio, Funai, analisa a área para demarcação.

Na Região Norte do Rio Grande do Sul, 320 famílias vivem em uma área de mais de 4 mil hectares, plantando milho, trigo, erva-mate e eucalipto. Entretanto, elas não sabem até quando vão permanecer no local.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 220/ 2014

Brasília, 09 de dezembro de 2014.

Desde então o embate acompanha a vida de índios e agricultores. No total, 45 mil hectares de terras são disputadas em cidades gaúchas, o que equivale a aproximadamente 45 mil campos de futebol.